



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
6ª CÂMARA CÍVEL
GABINETE DO DES. PATRIOTA MALTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0324016-6

COMARCA: 32ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - PE
EMBARGANTE: INCORPORADORA SCIORTINO LTDA.
EMBARGADO: WALDEMIR JOSÉ VASCONCELOS DE ARAÚJO
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. CÁLCULO DE VALOR ATUALIZADO. CONTADOR JUDICIAL. TAXA DE JUROS APLICÁVEL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROVIDOS. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos do **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0324016-6**, em que figuram como embargante **INCORPORADORA SCIORTINO LTDA.** e como embargado **WALDEMIR JOSÉ VASCONCELOS DE ARAÚJO**, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, acordam o seguinte: "**Por unanimidade de votos, deu-se provimento aos embargos, nos termos do voto do relator**". Tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 03 de junho de 2014.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
6ª CÂMARA CÍVEL
GABINETE DO DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0324016-6

COMARCA: 32ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - PE
EMBARGANTE: INCORPORADORA SCIORTINO LTDA.
EMBARGADO: WALDEMIR JOSÉ VASCONCELOS DE ARAÚJO
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

INCORPORADORA SCIORTINO LTDA., regularmente qualificada e representada, opõe os presentes Embargos de Declaração, com fundamento no art. 535 do CPC, em razão de Acórdão proferido por esta Colenda 6ª Câmara Cível.

Em suas razões, sustenta a EMBARGANTE: (a) que o acórdão embargado não determinou o índice de juros que deverá ser aplicado; (b) que deve-se integrar ao acórdão a determinação da inclusão de juros na taxa de 1% (um por cento) ao mês, conforme convencionado no contrato de compra e venda firmado; (c) que os juros foram convencionados dentro dos limites legais.

Requer o provimento do presente recurso integrativo com o fim de determinar a inclusão de juros no índice de 1% (um por cento) nos cálculos que serão realizados pelo contador judicial.

Sem contrarrazões, conforme certidão às fls. 264.

É o que se impõe relatar.

Recife, 27 de maio de 2014.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
6ª CÂMARA CÍVEL
GABINETE DO DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0324016-6

COMARCA: 32ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - PE
EMBARGANTE: INCORPORADORA SCIORTINO LTDA.
EMBARGADO: WALDEMIR JOSÉ VASCONCELOS DE ARAÚJO
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

Primeiramente, faz-se necessário reforçar que os embargos de declaração constituem um recurso que visa o esclarecimento ou a integração da decisão judicial.

Pois bem.

Compulsando os autos, verifica-se que o acórdão vergastado foi omissivo quanto a taxa de juros aplicável, embora tenha consignado pelo encaminhamento dos autos ao contador judicial, para que seja calculado o valor atualizado do montante que deve ser depositado em juízo.

Consoante se constata do acórdão proferido, reconheceu-se a incidência de juros ao caso, os quais devem ser aqueles previstos na cláusula 4.2 do Contrato de Promessa de Compra e Venda (cf. fls. 73/86)¹.

Portanto, os cálculos efetuados pelo contador judicial deverão ter em consideração os juros na taxa de 1% (um por cento) para a realização dos cálculos necessários.

Destarte, **ACOLHO OS PRESENTES EMBARGOS** para suprir a omissão delatada e fixar taxa de juros em 1% (um por cento) que deverá ser aplicada pelo contador judicial.

É como voto.

Receita, 27/05/2014.
J. C. Malta

¹ “4.2 – Todas as parcelas serão acrescidas de juros à taxa de 1,00% (um por cento) ao mês ou fração, contados a partir do “habite-se” e até o seu efetivo pagamento”.